

As experiências bem sucedidas de seguradoras e os principais obstáculos para a evolução do seguro auto popular foram debatidos em evento da APTS



Luiz Padial (Tokio Marine), José Nogueira (Sindirepa-SP), Felipe Milagres (Azul Seguros) e Osmar Bertacini (APTS)

Criado para conquistar o mercado de mais de 30 milhões de veículos que não têm seguro, fatia correspondente a cerca de 70% da frota nacional, o seguro popular de automóvel ainda está longe de atingir esse objetivo. Dia 29 de agosto, a Associação Paulista dos Técnicos de Seguro (APTS) realizou debate, no auditório do Sincor-SP, para discutir as expectativas do setor e os problemas que impedem a evolução desse seguro.

Pesquisa com os sem seguro

Segundo Felipe Milagres, diretor da Azul Seguros, pesquisas que apontam por que muitos donos de automóveis não fazem seguro ajudaram a empresa a direcionar a construção do seu produto. Para a justificativa dos entrevistados que consideram o seguro caro e que admitem a incapacidade de pagar em até 4 parcelas, a empresa adotou a solução de um produto enxuto com preço competitivo (até 30% mais barato que o tradicional) e em dez prestações fixas.

Em relação à baixa percepção do valor do seguro e da imagem de burocrática das seguradoras, apurada por pesquisas, a solução da empresa foi tornar o produto fácil de entender, com perfil simplificado (apenas cinco perguntas) e coberturas básicas (colisão, roubo, furto). O Azul Seguro Auto Popular é destinado a veículos com 5 anos ou mais, importância segurada de até R\$ 60 mil e indenização de 80% ou 90% da tabela Fipe, além de assistência 24 horas e guincho em até 100 km.

Mas, o seguro auto popular se tornou viável para a seguradora somente após a publicação da resolução do CNSP (nº 340), em dezembro de 2016, que permitiu o uso de peças de desmontagem oriundas de empresas credenciadas e também peças de reposição novas, que apresentem as mesmas especificações técnicas do fabricante. Com isso, a Azul pode reduzir o preço do seu produto a partir do uso de uma cesta de peças, que inclui peças originais, peças de desmontagem

provenientes da Renova Ecopeças, empresa da Porto Seguro criada há três anos, e peças de fabricantes homologados e certificados.

Boas perspectivas

O seguro popular de automóvel da Tokio Marine Seguradora, segundo o diretor de Automóvel da Luiz Padial, oferece cobertura inicial para colisão e incêndio para veículos com cinco anos ou mais de uso e pode custar até 50% menos que o seguro tradicional. Ele explica que a indenização é ajustada entre 80% e 90% da tabela Fipe e o valor da franquia difere no momento do sinistro se o segurado optar por oficina de livre escolha ou referenciada. Os serviços de assistência, como carro reserva e vidros, são flexíveis e o pagamento do prêmio é facilitado em até 6 vezes sem juros ou em 12 parcelas fixas no débito em conta ou cartão de crédito.

A Tokio Marine optou por utilizar no reparo de veículos peças novas compatíveis, que são oriundas do mercado alternativo, com as mesmas especificações técnicas do fabricante. O produto está disponível para 16 tipos de veículos (passeio, caminhões e utilitários de carga), cuja combinação pode atingir mais de mil versões. Ele também destacou a abrangência de oferta em dez cidades do país, adiantando que a empresa já somou outras dez cidades à lista.

Em seis meses de operação, a empresa vendeu mil apólices, somando R\$ 1,4 milhão em prêmios, e indenizou apenas nove sinistros, dos quais somente um por perda parcial. “Acompanhamos cada venda, até para ter a certeza de que foi uma venda consciente, e nos casos de sinistros, também verificamos o serviço da oficina”, diz Padial. A Tokio Marine calcula que no médio prazo a venda de seguro auto popular represente 15% de sua carteira.

Reparação

José Nogueira dos Santos, vice-presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de São Paulo (Sindirepa-SP), e presidente da Câmara de Estudos de Colisão do Sindirepa Nacional, contou que a rede independente está presente em 5.572 municípios do Brasil. Segundo ele, o alto preço das peças combinado com a Lei do Desmonte(12.977/2014), que ainda precisa ser discutida amplamente pela sociedade e que demora a ser consolidada, eleva o aumento de furto de veículos e o comércio ilegal de peças.

Para ele, a lei ainda não oferece solução para atender toda a demanda, pois a capacidade de abastecimento dos estabelecimentos legalmente instalados não atende a 1% da demanda do mercado de sinistro. Nogueira lembrou que nos Estados Unidos, o trabalho de desmontagem de veículos é realizado pelas próprias montadoras. Ele destacou a importância do reparador independente para a consolidação de qualquer projeto de melhoria de mobilidade, e que o objetivo da Câmara de Colisão é a aproximação do mercado reparador com o segurador, para que haja mais segurança. “Pois, somos um dos elos desta cadeia produtiva”.

Garantia da qualidade

Representando a Fenacor, o vice-presidente na região Sudeste e presidente do Sincor-SP, Alexandre Camillo, tocou em um ponto crucial para a evolução do seguro auto popular: a garantia da origem e do estado de uso das peças recuperadas provenientes de desmanches. De acordo com a Lei do Desmonte, caberá aos Detrans dos estados regimentar e fiscalizar as empresas de desmontes para o registro e controle da origem das peças. “Criou-se a expectativa de usar peças recuperadas para reduzir o preço do seguro. Mas, o fato é que isso não se tornou realidade”, afirma.

Segundo Camillo, falta aos Detrans um sistema informatizado, cujo custo atual está na casa de milhões de reais. Apenas o Detran de São Paulo adquiriu o sistema. Nos seminários itinerantes sobre a Lei do Desmonte, realizados pela Fenacor, ele observou que ficou clara a necessidade de se

equipar os Detrans para a consolidação da lei. “Aí sim pode se pensar no seguro auto popular. A Fenacor e a CNseg se debruçaram novamente sobre o assunto. Está se avaliando também a força de contribuição junto aos Detrans na obtenção destes sistemas. Acredito firmemente que, em breve, teremos boas novidades”, diz.

Fonte: Márcia Alves, em 01.09.2017.